



100 dias

Um novo governo é sempre permeado de expectativas sobre quais rumos serão adotados pelos próximos 4 anos. O marco dos 100 primeiros dias é muito mais simbólico do que um momento para entrega efetiva de resultados, onde a maioria dos ministérios ainda estão se formando e ambientando as suas equipes.

Mesmo assim, após um pouco mais de três meses, já é possível identificarmos os caminhos que estão se iniciando, as rotas planejadas e as prioridades da gestão. O *slogan* do novo governo, “União e Reconstrução”, indica o que se pretende buscar nestes 4 anos. Em 100 dias, o Brasil continua ‘desunido’ e o *status* da alegada ‘reconstrução’ está em andamento. Perceba que, ao mencionar a união, o governo quis dar uma sinalização de governo para todos (Lula I e II), mas ao mencionar ‘reconstrução’ já vai de desencontro a metade do eleitorado, que não vê destruição para uma justificada reconstrução. Podemos pensar nesses três primeiros meses das mais variadas formas a depender do lado que olhamos. Como um ato (cem dias) composto de várias cenas, que juntas explicam em parte este começo.

Primeira cena: crises

Cem dias permeados de crises (não necessariamente criadas pelo governo), a começar pelo triste ato de 08 de janeiro, a crise Yanomami, outra tragédia absurda e inconcebível. Crise com as Forças Armadas, após o 08 de janeiro, levando a troca do

Comandante do Exército. Crise com o Banco Central, com as discordâncias em maiúsculo do chefe do executivo com a taxa básica de juros. Crise com o novo ensino médio, crise para formar uma base sólida, com escândalos envolvendo ministros. Crise ao ressuscitar opositores para o centro das atenções, com Lula afirmando que via ‘armação’ de Moro em relação ao plano de uma facção criminosa que tinha como alvo o ex-juiz. A velocidade do mundo hoje mostra que esse já é o novo normal. Mais crises virão, que serão substituídas por outras. Em 100 dias já temos algumas.

Segunda cena: promessas

Uma segunda cena dos 100 dias do novo governo são as promessas cumpridas. Assim, os três primeiros meses já mostram algumas ações nesse sentido. A recriação do Ministério da Cultura, das Mulheres, do Esporte, a criação do inédito Ministério dos Povos Originários, entram na 'reconstrução'. Também foram revogados os decretos que ampliaram o porte e posse de armas de Caçadores, Colecionadores e Atiradores (CACs), uma das principais bandeiras do governo anterior. A decisão de retomar o aumento real do salário mínimo a partir de maio, incremento nas bolsas de ensino superior, mínimo de 30% de negros em cargos de comissão e confiança no executivo federal, aumento dos recursos para merenda escolar e guinada na agenda ambiental. Promessas de campanha já cumpridas ou parcialmente cumpridas, entre crises e não crises, também são uma cena neste ato dos 100 dias.

Terceira cena: reconstrução

Uma terceira cena que podemos visualizar nestes 100 dias é a de 'um museu de grandes novidades'. Ainda na 'reconstrução', e aqui de forma idêntica, tal qual levantar de novo uma parede que caiu. Neste começo, vemos o retorno de vários programas que foram vitrines (e alguns vidraças) de governos petistas anteriores e medidas já 'esperadas' anunciadas na transição. Dentre os programas temos a volta do Mais Médicos, Bolsa Família, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Minha Casa, Minha vida. No Internacional, uma volta ao pragmatismo e fortalecimento das relações Sul-Sul, agendas já conhecidas da política externa petista e avanços na agenda ambiental, como retomada do fundo Amazônia.

A retirada de algumas empresas de planos de desestatização, o anúncio da nova âncora fiscal, reajuste salarial dos servidores do executivo federal e críticas à taxa de juros definida pelo Banco Central marcaram os cem dias na economia, além do clima de tensão e expectativas após o aumento das despesas com a PEC da transição. O governo tem pressa para colocar os motores do transatlântico a todo vapor e fazer a população sentir as melhorias 'na ponta'.

Quarta cena: a busca pela base

Na última cena deste ato, o governo luta para conseguir montar uma base sólida no legislativo com quórum constitucional. Ou seja, até o momento não há certeza se o governo tem os 308 votos necessários na Câmara para aprovar uma emenda constitucional. No Senado, o cenário de 49 senadores votando junto ao governo é mais nítido. Entretanto, como muitos parlamentares afirmam, a base ainda não foi testada. O primeiro teste, ao que tudo indica, será a nova âncora fiscal, matéria com bom consenso entre os parlamentares. A crise com o União Brasil, que teve dois ministros como pivô de escândalos no começo do governo, além de parte da bancada se declarar independente, ainda não foi resolvida. O governo também busca atrair individualmente parlamentares dos partidos que formaram o núcleo duro do governo anterior (PL, PP e Republicanos).

Duas vitórias, a princípio foram obtidas, com Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) reconduzidos às presidências da Câmara e Senado, respectivamente. Na Câmara, a vitória avassaladora de Lira reduziu a importância do governo (em votos) na sua reeleição, mas foi fundamental para conquistar a presidência de comissões importantes e garantir o apoio do presidente da Câmara na condução da agenda prioritária do governo na casa. No Senado, o apoio do governo foi necessário para garantir a vitória de Rodrigo Pacheco, que em troca deixou a oposição fora da liderança das comissões mais importantes.

Com o ambiente polarizado e necessidade de uma coalizão com partidos até centro-direita, pautas com maior possibilidade de consenso com um Congresso mais à direita têm mais chances de prosperar. Algumas promessas de campanha já nasceram mortas, como uma possível revogação da reforma trabalhista ou da previdência. Desautorização dessas ideias já nos 100 dias foram evidentes. A manutenção de parte dos recursos do que ficou conhecido como 'orçamento secreto' para despesas discricionárias dos Ministérios (ampliados para 37) destinadas exatamente para negociar com os parlamentares mostra o fortalecimento do Legislativo, bem mais empoderado que a última passagem de Lula pelo Planalto.

Fim do primeiro ato: avaliação dos cem dias

Por fim, a avaliação do público. A pesquisa Datafolha realizada nos dias 29 e 30 de março mostram uma foto semelhante ao início do governo anterior: 68% regular e 29% ruim e péssimo. No ato dos 100 dias, 'união' ainda está fora do roteiro, e o governo busca na economia recuperar o apoio de outros tempos. 100 dias já mostram muito, mas não é nem 10% de 4 anos, a peça principal onde a busca é sair protagonista.

equipe

F FELIPE POYARES
Sócio-fundador

F FLORENTINO LEÔNIDAS
Sócio-fundador

G GUSTAVO WEI
Sócio-fundador

M MANUELA PEREIRA
Gerente

A ANTÔNIO FERNANDES
Coordenador de Política

L LETÍCIA CARVALHO
Analista de comunicação

J JÉSSICA MARTINS
Analista de Comunicação

N NATÁLIA ASSUNÇÃO
Analista de Política

R RAILA SPINDOLA
Analista de Comunicação

A ANA CLARA TAVARES
Estagiária de Política

F FERNANDA ARNAUD
Estagiária de Administrativo

L Luana Lacerda
Estagiária de Políticas Públicas

M MARIA HELENA ANDRADE
Estagiária de Política

M MARCELA STEFANELLI
Estagiária de Política